

Versão portuguesa das “Escala de Táticas de Conflito Revisadas”: estudo de validação

Carla Alexandra
Bárbara Figueiredo
Universidade do Minho

Resumo: As escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS2) destinam-se a avaliar o modo como os casais resolvem os seus conflitos, através de estratégias de negociação ou de abuso: (a) abuso físico sem sequelas; (b) agressão psicológica; (c) abuso físico com sequelas; (d) coerção sexual. A versão portuguesa foi administrada a uma amostra de 551 estudantes universitários (332 do sexo feminino), 45 dos quais têm uma relação íntima entre si. Considera os cinco factores propostos pelos autores das escalas originais e apresenta valores de consistência interna compreendidos entre .78 e .50. As correlações entre os diferentes tipos de abuso e a deseabilidade social, história de socialização violenta, crime violento, domínio na relação, e ainda a concordância nos heterorrelatos de ambos elementos da diade, testemunham a validade das escalas. Investigadores e técnicos da psicologia e áreas afins têm agora à sua disposição a versão portuguesa das CTS2, que tem demonstrado elevada aplicabilidade na determinação da presença de relações abusivas no seio da família, na avaliação da eficácia de programas de intervenção no contexto forense e em estudos de cariz epidemiológico.

Palavras-chave: abuso físico; coerção sexual; agressão psicológica; negociação; conflito.

VERSION PORTUGUESA DE LAS “ESCALAS DE TACTICAS DE CONFLICTO REVISADAS”: ESTUDIO DE VALIDACION

Resumen: Las escalas de Tácticas de Conflicto Revisadas (CTS2) se destinan a evaluar el modo como las parejas resuelven sus conflictos, a partir de estrategias de negociación o de abuso: (a) abuso físico sin secuelas; (b) agresión psicológica; (c) abuso físico con secuelas; (d) coerción sexual. La versión portuguesa fue administrada a una muestra de 551 estudiantes universitarios (332 del sexo femenino), 45 de los cuales tienen una relación íntima entre sí. El trabajo considera los cinco factores propuestos por los autores de las escalas originales y presenta valores de consistencia interna comprendidos entre .78 e .50. Las correlaciones entre los diferentes tipos de abuso y la deseabilidad social, historia de socialización violenta, crimen violento, dominio en la relación, y más, la concordancia en los hetero-relatos de los elementos de la diade comprueban la validez de las escalas. Investigadores y técnicos de la psicología y áreas familiares tienen ahora a su disposición la versión portuguesa de las CTS2 que han demostrado elevada aplicabilidad en la determinación de la presencia de relaciones abusivas en el seno de la familia, en la evaluación de la eficacia de programas de intervención en el contexto forense y en estudios de cariz epidemiológico.

Palabras clave: abuso físico; coerción sexual; agresión psicológica; negociación; conflicto.

PORTUGUESE VERSION OF “REVISED CONFLICT TACTICS SCALES”: VALIDATION STUDY

Abstract: The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) aims to evaluate the extension with the to what extent couples solve their conflicts through negotiation or abusive strategies (a) assault; (b) psychological aggression; (c) injury; and (d) sexual coercion. The Portuguese version of the CTS2 was administered to a sample of 551 university students (332 females), 45 both couple elements. It was considered the five factors for perpetration and victimization, recommended by the authors of the scale, that presented internal consistency rates between .78 to .50. Correlations between different kinds of abuse and social desirability, history of violent socialization, criminal history, dominance, and also the agreement in hetero-reports by both couple's elements testify its validity. Practitioners and researchers in the contexts of psychology and related areas have now at their disposal the Portuguese version of the CTS2, which has in other countries showed its very high usefulness, particularly for the determination of prevalence of abuse in family settings, evaluation of intervention programs for justice purposes and epidemiological studies.

Keywords: assault; sexual coercion; psychological aggression; negotiation; conflict.

Introdução

História

As Conflict Tactics Scales (CTS) foram desenvolvidas na década de 1970 pelo sociólogo Murray Straus, da Universidade de New Hampshire (USA), com o objectivo de determinar as taxas de prevalência de abuso físico e psicológico no contexto da família (STRAUS, 1979). Apesar de a sua aplicação mais corrente se centrar na obtenção de dados a respeito de actos de agressão, as escalas avaliam outras táticas, tais como o uso da razão ou negociação para lidar com o conflito.

Desde 1972, a sua aplicação é referida em inúmeros estudos de diferentes culturas em mais de 20 países (STRAUS; HAMBY; BONEY-MCCOY; SUGARMAN, 1996). Têm sido empregadas com uma finalidade diversificada: em estudos epidemiológicos (STRAUS; GELLES, 1986), como instrumento de diagnóstico em terapia familiar (ALDORONDO; STRAUS, 1994; O’LEARY; MURPHY, 1992; O’LEARY; VIVIAN, 1990), e como medida de avaliação da eficácia de programas de tratamento para agressores (HOLTZWORTH-MUNROE; STUART, 1994; DUTTON, 1998).

Críticas advindas de diversos olhares alertam, porém, para alguns problemas e limitações das CTS (DOBASH; DOBASH, 1979; KURZ, 1993), que motivaram a sua versão revista, sobre a qual trata o presente artigo, *The revised conflict tactics scales (CTS2)* (STRAUS et al., 1996), resultando que os itens componentes das CTS2: a) derivam da análise factorial e do consenso entre *experts* na área, com base na sua importância intrínseca e relevância para a dimensão em estudo (STRAUS et al., 1996); b) explicitam o contexto em que as agressões ocorrem; c) referem-se a actos ou acontecimentos concretos (STRAUS e GELLES, 1990); d) operacionalizam as dimensões em dois níveis de severidade – ligeiro ou severo, tendo em conta o risco de sequelas para a vítima e suportados conceptualmente por análises factoriais e pelo conhecimento empírico, porque a etiologia e o tratamento do abuso físico ligeiro e ocasional pode ser diferente do abuso físico severo (GELLES, 1991; HOLTZWORTH-MUNROE; STUART, 1994; JOHNSTON, 1995; STRAUS, 1990); e) acrescentam de mais duas escalas – coerção sexual e abuso físico com sequelas (*injury*).

Definição dos conceitos

Conceptualmente baseadas na “teoria do conflito” (ADAMS, 1965; COSER, 1967; DAHRENDORF, 1959; STRAUS, 1979) – que considera o conflito como uma parte integrante das relações humanas, embora não a violência como tática para lidar com o conflito (STRAUS, 1990a), as CTS têm meritório reconhecimento na quantificação em larga escala da violência no seio da família (STRAUS, 1990b, 1995) e permitem distinguir diferentes táticas de resolução de conflitos.

Por táticas de resolução de conflitos o autor entende como “[...] the overt actions used by persons in response to a conflict of interest” (STRAUS, 1990, p. 31), e distingue a *negociação* – o conjunto de acções levadas a cabo para resolver uma discórdia sustentado na argumentação racional, comunicação de afecto positivo ou expressão de sentimentos de cuidado e respeito pelo companheiro, da *violência* “an act carried out with the intention, or perceived intention of causing physical pain, or injury to another person” (STRAUS; GELLES, 1990, p. 15), relacionada com o conceito de *agressão*, mais gené-

rico e que engloba não apenas actos que provocam danos físicos, mas também “any malevolent act, i.e., any act carried out with the intention of, or is perceived as having the intention of hurting another”. Acrescenta o autor, “the injury can be psychological, material deprivation, or physical pain or damage” (GELLES; STRAUS, 1979, p. 554), conseqüentemente, salientam-se diferentes formas abusivas de resolução de conflitos: a *agressão psicológica* que consiste em recorrer a actos verbais (ameaças) e não verbais (simbólicos) que são susceptíveis de magoar o outro (STRAUS, 1990a); o *abuso físico sem sequelas*, como o uso da força física contra outra pessoa não resultando em dano físico (STRAUS, 1990a) e o *abuso físico com sequelas*, que difere do anterior pelas sequelas físicas resultantes do abuso infligidas pelo companheiro, indicadas pela existência de dor continuada por mais de um dia, lesão de ossos ou tecidos que mereçam ou foram alvo de atenção médica; por último, a *coerção sexual*, como comportamento cuja intenção é compelir o companheiro a envolver-se em uma actividade sexual indesejada (vaginal, oral ou anal), abrangendo actos coercivos que vão desde a insistência verbal, ameaças e uso da força física (STRAUS et al., 1996).

Ainda, no sentido de uma compreensão holística do fenómeno da violência intrafamiliar, Straus et al. (1996) recomendam que além do uso das CTS2, se formulem as causas, o contexto de ocorrência e as conseqüências do abuso, utilizando para tal medidas específicas.

Caracterização do instrumento

As CTS2 são compostas por 39 itens agrupados em pares de perguntas destinados ao participante e ao companheiro, perfazendo um total de 78 questões, com um formato breve e tempo de administração e resposta médio entre 10 a 15 minutos, o que permite obter dados a respeito dos dois elementos da díade, comparar as suas respostas quando administradas a ambos, e ainda determinar o quanto as táticas de resolução de conflitos são participadas por cada um, mesmo quando um deles não é directamente avaliado. Além disso, em contextos clínicos, os dados dos casais permitem confrontar e discutir as discrepâncias entre eles (STRAUS et al., 1996).

Contabilizam ainda o número de ocorrências durante o último ano por parte do indivíduo e pelo companheiro, incluindo oito categorias de resposta, as primeiras seis destinadas a determinar a prevalência e cronicidade no último ano: [(1) uma vez no ano anterior, (2) duas vezes no ano anterior, (3) 3-5 vezes no ano anterior, (4) 6-10 vezes no ano anterior, (5) 11-20 vezes no ano anterior, (6) mais de 20 vezes no ano anterior], e as restantes categorias destinadas a determinar a prevalência global: [(7) não no ano anterior mas ocorreu anteriormente] e a inexistência deste tipo de abuso [(8) nunca aconteceu].

Caracterização psicométrica

As escalas CTS2 apresentam índices de boa fidelidade e validade.¹ Mais recentemente, recorrendo-se a uma amostra de 7.179 estudantes universitários de 17 países partici-

¹ Abuso físico sem sequelas ($\alpha=.86$); abuso físico com sequelas ($\alpha=.95$); coerção sexual ($\alpha=.87$); negociação ($\alpha=.86$); e agressão psicológica ($\alpha=.79$).

pantes no International Dating Violence Study (IDVS), o autor apresenta a validade do instrumento para diferentes culturas (STRAUS, 2004). Os resultados obtidos, no seu global, denotam baixa interferência com a deseabilidade social e elevados coeficientes de consistência interna para todas as escalas: abuso físico sem sequelas (média $\alpha = .88$ [.72-.95]), abuso físico com sequelas (média $\alpha = .89$ [.57-.98]), coerção sexual (média $\alpha = .82$ [.44-.91]), negociação (média $\alpha = .88$ [.63-.97]) e agressão psicológica (média $\alpha = .74$ [.53-.93]), com variações consoante os países que se associam à prevalência dos diferentes tipos de abuso (STRAUS, 2004). Para além disso, vem corroborar os índices de validade já determinados para a amostra americana e replicados em mais de 40 estudos que denotam a sua validade (STRAUS et al.; 1996, STRAUS, 2004)

Cotação

Porque se estão a avaliar diferentes táticas de resolução de conflitos, e em particular formas de abuso com taxas de ocorrência muito diversas, os autores recomendam o uso da *prevalência* e da *cronicidade*², para melhor compreensão dos valores obtidos, sendo a cronicidade especialmente útil para lidar com a distribuição extremamente enviesada que é comum encontrar para as escalas de abuso físico em amostras não clínicas (STRAUS et al., 1996).

A *cronicidade* é obtida pela transformação do valor da escala original no ponto médio de cada categoria e soma posterior dos pontos médios dos itens: (1) “1 vez”, teria o valor 1, (2) “2 vezes”, teria o valor 2, (3) “3 a 5 vezes”, teria o valor 4, (4) “6 a 10 vezes”, teria o valor 8, (5) “11 a 20 vezes”, teria o valor 15, (6) “mais de 20 vezes”, teria o valor 25. Para a determinação da cronicidade no ano anterior são considerados *missing* as categorias de respostas (7) e (8).

A *frequência anual* é determinada pela soma dos pontos médios de cada item, conforme o acima especificado, e posterior dicotomização dos itens, atribuindo às respostas assinaladas de 1 a 6 o valor 100 (ocorreu no ano anterior) e às respostas assinaladas 7 e 8 o valor 0 (não ocorreu no ano anterior), obtendo-se assim a *prevalência no ano anterior*. Para determinar a *prevalência global*, a todas as categorias de resposta de 1 a 7 atribui-se o valor 1 (ocorreu em alguma altura), e à categoria 8 o valor 0 (nunca ocorreu).

As CTS2 fornecem indicações para um total de 30 resultados possíveis [5 escalas x 2 classificações para o tipo de agente (sujeito ou companheiro) x 3 tipos de classificações para os níveis de severidade (ligeiro, severo, total)= 30 scores].

A Tabela 1 apresenta a operacionalização dos diferentes conceitos mencionados para as escalas e subescalas das CTS2 em termos de actos perpetrados ao companheiro (itens com número ímpar). Os actos perpetrados pelo companheiro (itens com número par) são os mesmos, mas aparecem formulados com a precisão “o meu companheiro fez isso comigo”.

² A *prevalência* corresponde à percentagem de sujeitos da amostra que reporta um ou mais actos que compõem cada uma das escalas para um período de tempo circunscrito, e a *cronicidade* à frequência em que os actos avaliados por cada escala ocorrem entre os sujeitos que os praticam.

continuação

Subescala	Nº	Item
6 itens		Abuso físico com sequelas (I)
Severo	23	Desmaiei porque o/a meu companheiro/a me atingiu na cabeça durante uma luta
	31	Fui ao médico por causa de uma luta com o meu companheiro/a
	41	Precisava ter ido ao médico, por causa de uma luta com o meu companheiro/a, mas não o fiz
	55	Tive uma fractura devido a uma luta com o meu companheiro/a

Método

Amostra

A amostra é constituída por 551 jovens adultos universitários (dos quais 45 são casais), 60.3% do sexo feminino, 87.6% com idades compreendidas entre 19 e 24 anos (7.0% na faixa etária dos 25 aos 29 anos, 3.9% pertencentes à faixa etária de 30 anos e mais, e 1.5% com 18 anos), frequentando uma de nove licenciaturas (à excepção da licenciatura em psicologia) do ensino universitário português, público e privado.

Considerando o grau académico da mãe e do pai dos participantes, em grande parte da amostra a escolaridade é inferior a nove anos (72.6% dos pais e 76.4% das mães), uma considerável percentagem de pais e mães tem menos de quatro anos de escolaridade (43.3% dos pais, 44.6% das mães), e apenas um número reduzido completou estudos superiores (8.7% dos pais, 11.9% das mães). No que se refere ao rendimento familiar, a maioria dos indivíduos (38.0%) pertence à categoria dos 600-1200 euros mensais, com menos do que o salário mínimo nacional encontram-se 2.9% dos participantes, e apenas 3.1% da amostra apresenta um rendimento superior a 3000 euros mensais.

Da caracterização do relacionamento íntimo, mais de quatro em cada cinco sujeitos (86.1%) referem que têm ou tiveram um relacionamento com duração superior a um mês no último ano. Considerando a duração do relacionamento íntimo mais recente, para muitos sujeitos (41.6%) a relação teve uma duração superior a dois anos (para 18.7% entre um e dois anos, para 15.6% entre 6 e 12 meses, para 8.8% entre três e cinco meses, para 11.8% entre um e dois meses, e 3.4% menos de um mês de duração). No momento de resposta ao questionário, 31.0% terminaram a relação (1% há menos de um mês, 3.6% no último ou penúltimo mês, para 4.2% há 3-5 meses, 8.0% há 6-12 meses, e 12.0% há mais de um ano). A grande maioria (84.8%) tem uma relação do tipo “namoro” (7.9% “sem compromisso”, 6.0% são casados e 1.3% encontra-se “a viver maritalmente”), 72.5% incluem uma componente sexual, e 98.9% são heterossexuais.

No que se refere à subamostra de companheiros, 80% são do sexo masculino e têm nível socioeconómico semelhante à restante amostra em estudo. Apresentam maioria

riamente um relacionamento do tipo namoro (91.1%), 50% com duração superior a dois anos, 26.1% entre um e dois anos e o restante com duração inferior a um ano mas superior a três meses.

Procedimentos

Tradução, retroversão e análise semântica dos itens

As escalas CTS2 foram traduzidas para a língua portuguesa e retrovertidas por três especialistas na área da psicologia (dois portugueses e um brasileiro) e um especialista fluente em língua inglesa. O teste de compreensão e conteúdo semântico foi conduzido em uma pequena amostra de estudantes universitários ($N = 12$). O questionário foi ainda comparado com a versão brasileira e discutidas as principais divergências entre as duas versões, sendo a versão final o resultado da adopção de uma versão com equivalência semântica à versão original e adaptada à realidade cultural portuguesa para a população-alvo de estudantes universitários.

Tratamentos estatísticos

Para o tratamento estatístico utilizou-se o programa SPSS-11.5 para estatística descritiva e inferencial; teste de Qui-quadrado para a prevalência consoante o género, teste t para amostras independentes (t de *Student*) para a cronicidade do abuso considerando o género; teste de correlação de Pearson para computar a correlação entre as diferentes escalas CTS2 e desajustabilidade social; a análise dos componentes principais com rotação varimax para determinar a matriz de correlação e componentes principais das escalas CTS2 e a função discriminante para determinar a relação do abuso às dimensões do PRP (socialização violenta, história criminal e domínio).

Resultados

Estudos de fidelidade: Consistência interna³

O valor do *alpha* de Cronbach referente à consistência interna da escala total para a perpetração é $\alpha = .79$ e para a vitimização $\alpha = .80$.

A Tabela 2 mostra os valores do *alpha* de Cronbach para cada escala e a correlação interitens.

³ A determinação da *consistência temporal* dos resultados não foi viável, atendendo a que optamos por manter a confidencialidade e o absoluto anonimato dos participantes, no sentido de garantir a máxima veracidade das respostas em uma temática tão sensível, como é o abuso no relacionamento íntimo.

Tabela 2. Consistência interna e prevalência (%) para o auto-relato da perpetração e vitimização dos itens e subescalas das CTS2 (N = 441)

Escala/ Subescala	Perpetração				Vitimização			
	Questão Nº	Prev.%	r item total	α se excluído	Questão Nº	Prev.%	r item total	α se excluído
Abuso físico sem sequelas	α total = .78				α total = .74			
Ligeiro	7	8.7	.46	.76	8	6.7	.47	.71
	9	3.8	.60	.74	10	3.6	.50	.70
	17	8.8	.55	.74	18	7.5	.51	.70
	45	2.7	.55	.74	46	1.8	.49	.70
	53	6.1	.37	.77	54	2.9	.35	.72
Severo	21	.7	.47	.76	22	.5	.35	.73
	27	1.4	.39	.76	28	1.1	.32	.73
	33	1.8	.06	.78	34	2.0	.02	.75
	37	3.6	.53	.74	38	3.9	.50	.69
	43	.7	.56	.76	44	.2	.38	.72
	61	.7	.10	.78	62	.7	.10	.74
	73	1.6	.58	.75	74	1.4	.53	.70
Abuso físico com sequelas	α total = .50				α total = .47			
Ligeiro	11	3.6	.31	.48	12	3.6	.47	.27
	71	.9	.33	.39	72	.9	.49	.24
Severo	23	.5	.40	.39	24	.5	.29	.42
	31	.5	.17	.48	32	.5	.07	.49
	41	.5	.30	.43	42	.5	.13	.47
	55	.7	.18	.47	56	.2	-.01	.49
Agressão psicológica	α total = .68				α total = .64			
Ligeiro	5	19.2	.44	.63	6	15.3	.33	.61
	35	37.8	.43	.63	36	33.9	.39	.59
	49	29.0	.44	.64	50	23.3	.45	.57
	67	22.6	.47	.62	68	21.3	.41	.59
Severo	25	12.9	.37	.65	26	12.4	.36	.60
	29	2.9	.31	.67	30	2.9	.25	.63
	65	3.8	.34	.66	66	4.1	.32	.62
	69	2.0	.26	.68	70	.7	.28	.64
Coerção sexual	α total = .56				α total = .51			
Ligeiro	15	12.4	.41	.47	16	14.1	.33	.43
	51	9.3	.51	.41	52	12.4	.37	.42
	63	6.8	.45	.44	64	6.8	.44	.36

continua

continuação

Escala/ Subescala	Perpetração				Vitimização			
	Questão N°	Prev.%	r item total	α se excluído	Questão N°	Prev.%	r item total	α se excluído
Coerção sexual	α total = .56				α total = .51			
Severo	19	.5	.18	.56	20	.5	.09	.52
	47	.9	.33	.53	48	.9	.29	.48
	57	.9	.05	.58	58	.9	.1018	.52
	75	.7	.13	.56	76	.9	.18	.50
Negociação	α total = .73				α total = .71			
Emocional	1	84.1	.44	.70	2	85.2	.43	.68
	13	83.9	.43	.70	14	83.2	.40	.69
	39	75.5	.54	.67	40	73.9	.51	.65
Cognitiva	3	85.5	.40	.71	4	84.8	.38	.69
	59	56.2	.44	.70	60	54.1	.43	.69
	77	63.8	.58	.65	78	63.9	.57	.63

** $p < .01$ * $p < .05$

No que se refere à *perpetração*, a escala de abuso físico sem sequelas é a que apresenta valores de *consistência interna* mais elevados ($\alpha = .78$), seguida das escalas de negociação ($\alpha = .73$), agressão psicológica ($\alpha = .68$), coerção sexual ($\alpha = .56$) e abuso físico com sequelas ($\alpha = .50$).

No que se refere à *vitimização*, também a escala de abuso físico sem sequelas é a que apresenta valores de α de Cronbach superiores ($\alpha = .74$), seguida das escalas de negociação ($\alpha = .71$), agressão psicológica ($\alpha = .64$), coerção sexual ($\alpha = .51$) e abuso físico com sequelas ($\alpha = .47$). Os valores da consistência interna associam-se com a prevalência dos itens, como se observa na Tabela 2.

Estudos de validade

Validade de constructo

Os métodos para testar a validade de constructo consistem geralmente na *análise factorial* e na *correlação com outros testes ou critérios externos*.

Análise factorial⁴

Efectuou-se a análise de componentes principais (PCA), para a perpetração e vitimização das diferentes táticas avaliadas pelas CTS2, forçando-se a cinco componentes

⁴ Tratando-se de dimensões que traduzem comportamentos observáveis claramente definidos em termos de níveis de severidade e tipo, optamos por manter a tipologia considerada pela versão original americana por recomendação do autor. A análise PCA aqui descrita pretende apenas ser indicativa da associação entre as variáveis para a amostra em estudo.

principais que explicam 48.2% da variância total para a perpetração e a quatro componentes principais que explicam 44.3% para a vitimização.

No que se refere à perpetração, o valor de KMO é de .768, e do teste de esfericidade de Bartlett $\chi^2(741) = 10826.411$, $p = .000$. Em termos de variância explicada, o primeiro factor explica 16%, o segundo 10.1%, o terceiro 8.5%, o quarto 7.6% e o quinto 6.0%.

No que se refere à vitimização, o valor de KMO é de .818, e do teste de esfericidade de Bartlett $\chi^2(741) = 16154.227$, $p = .000$. Atendendo ao *scree test* e aos valores próprios (*eigenvalues*), equacionaram-se quatro factores para a vitimização, explicando respectivamente 19%, 9.5%, 8.7%, 7.1% da variância.

O compósito de itens que compõem cada um dos factores obtidos pela análise dos componentes principais diverge do compósito que é referido na versão original já apresentado na Tabela 1 (STRAUS et al., 1996), embora se verifique uma predominância de itens pertencentes a uma mesma escala em cada um dos factores encontrados, como passaremos a descrever.

Os componentes obtidos, atendendo ao compósito de itens que os constituem, por ordem decrescente de cargas factoriais, são:

Para a *perpetração*, o factor 1 é composto por 11 questões (19, 23, 31, 73, 27, 21, 75, 47, 33, 29, 41), todas com elevada severidade e pertencentes a escalas diferentes (Tabela 1); o coeficiente de consistência interna para esta escala é elevado e tem o valor de .88. O factor 2 é composto por 7 questões (3, 39, 1, 77, 5, 13, 35) e o de Cronbach é .84. No factor 3 cabem 7 questões (43, 37, 11, 45, 5, 49, 67), tendo como valor de consistência interna .64. O factor 4 é constituído por 9 questões (9, 73, 37, 53, 17, 55, 7, 25, 11) e apresenta de Cronbach .65. O factor 5 é composto por 5 questões (51, 63, 6, 15, 41) e tem como valor de consistência interna .51.

No que se refere à *vitimização*, o factor 1 é constituído por 13 questões (20, 54, 32, 24, 8, 10, 56, 76, 48, 30, 10, 42, 62), e o α de Cronbach é .87. O factor 2 é constituído por 6 questões (40, 2, 4, 78, 6, 14) e o valor da consistência interna é .85. O factor 3 é constituído por 11 questões (64, 52, 50, 34, 72, 68, 16, 64, 12, 18, 38), e o α de Cronbach é .72. O factor 4 é composto por 9 questões (70, 54, 46, 74, 6, 8, 26, 34, 58) com valor de consistência interna igual a .54.

Os factores encontrados através da análise factorial mostram que para os dois primeiros factores, tanto em termos de perpetração como de vitimização, os valores de consistência interna são elevados, existindo, contudo, algumas divergências em termos de itens componentes de cada um. Se o factor 2 nos permite claramente identificar as dimensões avaliadas, pelo facto de os seus itens serem identificados como pertencentes a uma dimensão específica (a escala de negociação), já nos restantes factores tal não acontece, agrupando-se em um mesmo factor itens pertencentes a diferentes escalas de acordo com a versão original.

Por outro lado, para a perpetração encontram-se mais factores (5) do que para a vitimização (4); nesta última o factor 5 apresenta apenas 2 questões itens que se traduzem em valores de *alpha* muito reduzidos (.003), o que nos levou a optar pelos 4 factores e não pelos 5 à semelhança da perpetração. Acrescentámos ainda o facto de em alguns factores se associarem itens que, além de pertencerem a escalas diferentes, têm severidade diferente.

Mesmo que para o factor 1 os valores da consistência interna sejam elevados e evidenciem elevada severidade como traço comum, em termos da sua utilização prática, os resultados da análise dos componentes principais parecem mais revelar os padrões de relação entre as dimensões em estudo para a nossa amostra do que discriminarem variáveis latentes de acordo com o quadro teórico subjacente à escala. Por conseguinte, não nos parece discriminativa a possível utilização dos resultados encontrados através da análise dos componentes principais, por estes não denotarem os constructos que são defendidos e definidos pelos autores da escala original. E alertados para este facto, ponderando as principais vantagens e desvantagens do uso da tipologia recomendada na versão original das escalas, e aquela que obtivemos através do procedimento factorial, optamos por manter a tipologia original, pela maior clareza na interpretação, em termos de dimensões específicas de comportamento a avaliar e especificação dos graus de severidade, mesmo que perante valores de consistência interna ligeiramente inferiores aos encontrados na análise dos componentes principais. Esta decisão fundamenta-se também no facto de os conceitos a avaliar consistirem em comportamentos claramente identificados como associados ao constructo avaliado com base em diferentes consensos por *experts* na área (STRAUS et al., 1996), e aditados da circunstância de serem passíveis de ser objectivados, justificando que adoptemos a disposição em termos de escalas e subescalas conforme o reportam os seus constructores (STRAUS et al., 1996), em vez da mais comum classificação com base nos resultados da análise dos componentes principais. Por conseguinte, daremos mais ênfase ao segundo método possível de testagem da validade de constructo, a análise da validade convergente e da validade discriminante (CAMPBELL; FISKE, 1959) que passamos a expor em seguida.

*Correlação com outros testes ou critérios externos:
análise da validade convergente e discriminante*

Para determinar a validade convergente e discriminante, procedeu-se à análise das pontuações dos itens constituintes de cada uma das escalas atendendo à sua prevalência no ano anterior e à relação entre si através do teste de correlação de Pearson (CAMPBELL; FISKE, 1959; STRAUS, 2004).

Validade convergente

Mostraremos em seguida a relação encontrada entre cada uma das escalas das CTS2 que supõe a existência de uma associação estatisticamente significativa.

*Correlatos de coerção sexual, agressão psicológica,
abuso físico sem sequelas, e género do perpetrador*

Assumindo que os homens são mais susceptíveis do que as mulheres de recorrer à *coerção sexual* (HINES; SAUDINO, 2003), as escalas de *agressão psicológica* (homens $r(169) = .378, p < .001$; mulheres $r(272) = .281, p < .001, z = 1.14, p < .05$) e de *abuso físico sem sequelas* (homens $r(169) = .332, p < .001$; mulheres $r(272) = .202, p < .001, z = 1.43,$

$p < .05$) devem estar mais correlacionadas com a escala de coerção sexual para os homens do que para as mulheres, como confirma o teste z para a diferença de correlações.

Quanto à evidência de validade convergente, para a versão em estudo a proposição levantada é confirmada tanto para a escala de agressão psicológica como para a escala de abuso físico sem sequelas, em que os homens apresentam valores de correlação com a escala de coerção sexual significativamente mais elevados do que as mulheres.

Correlatos de abuso físico com sequelas, abuso físico sem sequelas, coerção sexual e género do perpetrador

Atendendo ao fato de que as escalas de abuso físico sem sequelas e abuso físico com sequelas estão relacionadas por definição (STRAUS et al., 1996), os sujeitos que apresentaram pontuação elevada na escala de abuso físico com sequelas, devem apresentar também pontuação elevada na escala de abuso físico sem sequelas. Além disso, a investigação tem sustentado o pressuposto de que o *abuso físico sem sequelas* proferido pelos homens resulta em sequelas mais graves do que aquele proferido pelas mulheres (STETS; STRAUS, 1990), da mesma forma o abuso físico com sequelas e a coerção sexual.

No que se refere à *perpetração*, a escala de *abuso físico com sequelas* para a amostra total apresenta correlação significativa e mais forte com a escala de *abuso físico sem sequelas* ($r(443) = .298$, $p < .001$). Considerando o género, os homens apresentam valores de correlação ligeiramente superiores ($r(169) = .305$, $p < .001$) às mulheres ($r(272) = .295$, $p < .001$), mas sem diferenças estatisticamente significativas ($z = .110$, n.s.).

Pelo pressuposto de que a coerção sexual perpetrada por homens deve resultar em mais sequelas físicas do que aquela provocada por mulheres, é esperado que esta escala se correlacione com a escala de *abuso físico com sequelas*. Com efeito, no total, a correlação da escala de coerção sexual com a escala de abuso físico com sequelas é estatisticamente significativa ($r(443) = .281$, $p < .001$) e a correlação entre essas escalas para os homens é estatisticamente superior ($r(169) = .327$, $p < .001$) ao valor observado nas mulheres ($r(272) = .222$, $p < .001$), obtendo as diferenças de significado estatístico ($z = 1.21$, $p < .05$).

Deste modo, a evidência de validade convergente para o abuso físico com sequelas, abuso físico sem sequelas e coerção sexual é confirmada para o último par de escalas.

Perpetração de agressão psicológica e abuso físico sem sequelas

De acordo com Straus et al. (1996), a *teoria da escala do conflito* em casais alega que a agressão verbal contra um companheiro, mais do que funcionar como um acto catártico redutor da tensão existente na relação, tende a aumentar a progressão do abuso para formas mais severas; uma forte associação entre a agressão psicológica e a probabilidade de ocorrer abuso físico sem sequelas, assim como a sua co-ocorrência (BERKOWITZ, 1993; HINES; SAUDINO, 2003; STRAUS, 1974).

Deste modo, assumindo a *teoria da escala do conflito* como correcta, uma forma de comprovar a validade das CTS2 reside em encontrar uma correlação forte entre a escala de agressão psicológica e a escala de abuso físico sem sequelas.

No respeitante à *perpetração* de agressão psicológica, a correlação mais elevada acontece com o abuso físico sem sequelas ($r(443) = .357, p < .001$).

Se admitirmos ainda que antes de recorrerem a formas abusivas os sujeitos negociam os conflitos, também a escala de negociação deve mostrar valores de correlação altamente significativos com a escala de agressão psicológica ($r(443) = .361, p < .001$). Este resultado permite-nos adiantar a hipótese de a negociação constituir uma forma de resolução dos conflitos prévia que, não funcionando, poderá conduzir à agressão psicológica a qual, por sua vez, será precursora do abuso físico sem sequelas.

Atendendo à *teoria da escala do conflito*, encontra-se evidência para a validade convergente entre as escalas de menor para maior severidade, tanto no que respeita à *perpetração* de negociação e de agressão psicológica, como de agressão psicológica e de abuso físico sem sequelas.

Validade discriminante

Straus et al. (1996) propõem dois pares de escalas que não estão teoricamente associados, *negociação* e *coerção sexual* e, *negociação* e *abuso físico com sequelas*, para os quais é esperado que se encontrem valores de correlação reduzidos ou não significativos. Este resultado demonstraria evidência de validade discriminante para a negociação, coerção sexual e abuso físico com sequelas.

Negociação, coerção sexual e abuso físico com sequelas

No que se refere à *perpetração*, para as escalas de *negociação* e *abuso físico com sequelas*, o coeficiente de correlação não apresenta significado estatístico para a amostra total ($r(443) = .072, n.s.$). Apesar de a correlação obtida entre as escalas de *coerção sexual* e de *negociação* ter significado estatístico, o seu valor é reduzido ($r(443) = .162, p < .001$).

Este instrumento permite discriminar os sujeitos que recorrem a táticas mutuamente exclusivas como a negociação e o abuso físico com sequelas, que por serem incompatíveis não estão relacionadas, confirmando a sua validade discriminante.

Já para a coerção sexual, na correlação obtida com a escala de negociação, apesar de ser estatisticamente significativa, o seu valor interpretativo explica uma pequena parte da variância entre estas variáveis, e por conseguinte poderemos considerá-la igualmente discriminativa, mas com menor poder de distinção, provavelmente relacionado com o facto de os itens de menor severidade que compõem esta escala se interceptarem com os de negociação.

Validade de constructo

Para efeito do estudo da *validade de constructo* usaram-se os relatos do sujeito nas escalas de desejabilidade social, domínio⁵, socialização violenta⁶ – no seio familiar e víti-

⁵ A escala de domínio descreve os relacionamentos em que há diferenciação hierárquica entre os elementos através de autoridade, controlo e depreciação do companheiro (STRAUS et al., 1996; STRAUS; MOURADIAN, 1999; PAIVA; FIGUEIREDO, 2006).

⁶ A escala de socialização violenta representa em que medida o sujeito observou, recebeu conselhos pró-violência e foi vítima de violência por elementos da família durante a infância (STRAUS et al., 1996; STRAUS; MOURADIAN, 1999; PAIVA; FIGUEIREDO, 2006).

ma de violência, e história de crime violento⁷ que integram o questionário Personal and Relationships Profile (PRP) (STRAUS; HAMBY; BONEY-MCCOY; SUGARMAN, 1996; STRAUS; MOURADIAN, 1999; versão de PAIVA; FIGUEIREDO, 2006) e que funcionarão como preditores da ocorrência do abuso no relacionamento íntimo (as restantes escalas do PRP serão desenvolvidas em PAIVA e FIGUEIREDO, 2006).

Desejabilidade social⁸

A escala de *desejabilidade social*, composta por itens adaptados do questionário de Crowne e Marlowe na versão reduzida de Reynolds (1982), pretende avaliar o nível de desejabilidade social patente nas respostas de cada sujeito, e ser um indicador da validade das escalas CTS2 em termos de constructo.

Comumente, uma das justificações possíveis para a dificuldade em obter validade nos instrumentos reside na elevação da escala de desejabilidade social. Por conseguinte, como forma de determinar possíveis erros de enviesamento no padrão de respostas dos sujeitos, associadas com a desejabilidade social, averiguamos o padrão de correlação dessa escala com as escalas CTS2, considerando a perpetração e a vitimização.

Aceita-se que os sujeitos que evidenciam mais desejabilidade social reportem menos comportamentos abusivos e vice-versa, e que a correlação observada seja negativa.

Respectivamente, em termos de perpetração e vitimização, os valores de correlação mais elevados acontecem para a escala de agressão psicológica ($r(443) = -.248, p < .001$; $r(443) = -.205, p < .001$), seguida da escala de coerção sexual ($r(443) = -.183, p < .001$; $r(443) = -.198, p < .001$), abuso físico com sequelas ($r(443) = -.154, p < .001$; $r(443) = -.144, p < .001$), abuso físico sem sequelas ($r(443) = -.131, p < .001$; $r(443) = -.141, p < .001$) e negociação ($r(443) = -.076, n.s.$, $r(443) = -.063, n.s.$). Com exceção da escala de negociação, todas as escalas apresentam valores de correlação negativos e com significado estatístico, mesmo que não elevados a ponto de poderem ser considerados uma ameaça à validade das escalas, e similares aos encontrados noutros estudos com as CTS2 (RAMIREZ; STRAUS, 2001; STRAUS, 2004).

Porém, mesmo perante a evidência de os valores do coeficiente de correlação serem reduzidos, não é de descurar a existência de alguma interferência da desejabilidade social subjacente ao relato dos sujeitos, pelo que é de recomendar o seu controle.

Domínio, história de vitimização e violência na família e crime violento

O domínio (HAMBY, 1996; SO-KUM TANG, 1999; ALDORONDO; STRAUS, 1994), as experiências de violência na família, em particular a vitimização durante a infância e adolescência (DOUGLAS; STRAUS, *in press*; GERSHOFF, 2002; STRAUS, 2005) e a história criminal (RAMIREZ; STRAUS, 2001) constituem factores de risco identificados para a perpetração de abuso ao companheiro.

⁷ A escala de história criminal enuncia em que medida o sujeito cometeu crimes violentos contra outras pessoas (STRAUS et al., 1996; STRAUS; MOURADIAN, 1999; PAIVA; FIGUEIREDO, 2006).

⁸ Uma descrição detalhada desta escala é apresentada em Paiva e Figueiredo, 2006.

Admite-se assim que os sujeitos que: a) apresentam história de socialização violenta na família; b) sejam vítimas de violência durante a infância e adolescência; c) revelam história de crime violento; d) demonstram elevados índices de domínio no relacionamento íntimo se diferenciem quanto às táticas de resolução de conflitos com o parceiro, especificamente no que se refere ao abuso.

Determinou-se a função discriminante considerando as variáveis do PRP enunciadas como preditoras e as escalas CTS2 como variáveis dependentes. A Tabela 3 apresenta o valor da função discriminante para os sujeitos com e sem abuso, que é significativo, como o denota o χ^2 , assim como a previsão em percentagem de sujeitos correctamente atribuídos para cada grupo.

Tabela 3. Função discriminante para as escalas CTS2 (perpetração) e como variáveis preditoras, a socialização violenta na família, experiências de abuso na infância e adolescência, domínio e história de crime violento

	Abuso físico sem sequelas	Abuso físico com sequelas	Agressão psicológica	Coerção sexual	Negociação
Preditor	F	F	F	F	F
Vítima de violência	13,723***	7,586**	4,113*	21,998***	,282
Violência familiar	11,23**	4,380*	5,235*	18,629***	,008
Domínio	1,763	3,758*	6,054*	3,539*	,070
História criminal	3,270	9,092**	9,465**	24,692***	,399
λ de Wilks	,963	,963	,964	,916	,997
χ^2 (4)	15,233**	15,121**	14,980**	35,494***	1,388
% total (sem-com)	62.7 (64.7-54.8)	70.0 (70.1-68.4)	59.3 (61.1-57.8)	67.3 (68.3-63.2)	55.0 (50.0-55.5)

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

A análise da variância ANOVA revelou que os sujeitos com abuso físico com sequelas, agressão psicológica e coerção sexual diferem significativamente em todas as variáveis preditoras enunciadas dos sujeitos que não apresentam estes tipos de abuso (Tabela 3). Para o abuso físico sem sequelas, apenas as experiências de vitimização e história de violência na família durante a infância e adolescência discriminam os sujeitos com e sem este tipo de abuso.

As correlações entre as variáveis preditoras e a função discriminante sugerem que os sujeitos que foram vítimas de abuso durante a infância e adolescência tiveram expe-

riências de socialização violenta na família e história de crime violento, e os mais dominadores, são aqueles que apresentam mais abuso físico com sequelas, agressão psicológica e coerção sexual.

Concordância nos heterorrelatos

A *prevalência* dos itens que compõem cada uma das escalas das CTS2 permitiu testar a concordância nos relatos entre as partes envolvidas quando um dos elementos do casal é agente e o outro receptor de um respectivo acto à semelhança de Schaffer, Caetano e Clark (2002).

Para confirmar a concordância nos relatos das táticas de resolução de conflitos no casal, analisamos as respostas às CTS2 dos 45 casais que participaram no estudo, quando o perpetrador é do sexo masculino e quando o perpetrador é do sexo feminino.

A Tabela 4 mostra o índice de respostas positivas para as quais existe discordância e concordância entre os membros do casal, considerando o género do perpetrador, e a percentagem de concordância por ambos. Apresenta ainda o índice de concordância sobre a ocorrência (*p pos*⁹) e a não ocorrência do abuso (*p neg*), assim como a percentagem de concordância em face dos casos assinalados de abuso (*lower bound*) e a totalidade dos casos positivos assinalados (*upper bound*), sobre os quais seria de se esperar concordância (100%).

Tabela 4. Frequência de respostas de acordo entre os elementos da díade quando o perpetrador é do sexo masculino (M-F) ou quando o perpetrador é do sexo feminino (F-M) (N = 45 casais)

		Perpetração por homens (M-F)				Perpetração por mulheres (F-M)			
		Disc./ Conc.	<i>Lower-upper bound (%)</i> ^a	<i>p pos.</i>	<i>p neg.</i>	Disc./ Conc.	<i>Lower-upper bound (%)</i> ^a	<i>p pos.</i>	<i>p neg.</i>
Abuso físico s/ sequelas	Ligeiro	14/3	3-17 17.6%	.30	.80	13/3	3-16 18.8%	.32	.82
	Severo	6/3	3-9 33.3%	.50	.92	9/1	1-10 1.0%	.01	.89
	Total	12/6	6-18 33.3%	.67	.76	15/4	4-19 21%	.35	.78

continua

⁹ Segundo as recomendações de Cicchetti e Feinstein (1990): $p\ pos = 2d/2d+a+b$; *p* tem valores compreendidos entre 0 e 1; 1 indica concordância plena entre os relatos. A dicotomização das variáveis (0 = nenhum 100 = um ou mais actos) e relatos cruzados permitem aceder ao nível de desacordo e de acordo entre ambos os elementos da díade, quando um é perpetrador e o outro vítima e vice-versa. Assim, as células da tabela 2x2 em diagonal (célula b 0/100 e c 100/0 representam o desacordo), a célula d (100/100) o acordo quanto à ocorrência, e a célula a (0/0) o acordo quanto à não ocorrência.

continuação

		Perpetração por homens (M-F)				Perpetração por mulheres (F-M)			
		Disc./ Conc.	Lower-upper bound (%) ^a	<i>p pos.</i>	<i>p neg.</i>	Disc./ Conc.	Lower-upper bound (%) ^a	<i>p pos.</i>	<i>p neg.</i>
Abuso físico c/ sequelas	Ligeiro	4/0	0-4 0%	.33	.95	4/0	0-4 0%	.33	.95
	Severo	1/1	1-1 100%	1.0	.99	1/0	0-1 0%	.67	.99
	Total	4/1	1-5 20%	.33	.95	4/0	0-4 0%	.33	.95
Agressão psicológica ^{aa}	Ligeiro	19/15	15-34 44%	.61	.54	16/18	16-34 47.1%	.69	.58
	Severo	9/2	2-11 18%	.31	.88	8/4	4-12 33.3%	.50	.89
	Total	4/22	4-26 15.4%	.91	.90	14/20	14-34 41.2%	.74	.61
Coerção sexual	Ligeiro	16/5	5-21 24%	.38	.75	15/3	3-18 16.7%	.29	.78
	Severo	3/0	0-3 0%	.40	.97	4/0	0-4 0%	.33	.95
	Total	14/7	7-21 33.3%	.50	.77	16/3	3-19 15.8%	.27	.76
Negociação	Emocional	5/39	5-44 88.6%	.94	.29	4/41	4-45 91.1%	.95	.33
	Cognitiva	5/38	5-43 88.4%	.94	.44	5/38	5-43 88.4%	.94	.44
	Total	4/41	4-45 91.1%	.95	.33	3/0	3-42 93.3%	.96	.40

Nota: *p pos.* = *p* positivo = índice de concordância quanto à ocorrência; *p neg.* = *p* negativo, índice de concordância quanto à não ocorrência

Lower bound = número de respostas positivas efectivas em que se verifica acordo

Upper bound = número de respostas positivas em que era esperado o acordo

^a % de respostas de acordo em face das assinaladas como ocorrências

Disc./Conc. = número de sujeitos em desacordo/em acordo

Os resultados apontam para a concordância dos relatos entre as partes envolvidas, especificamente no que concerne às táticas de negociação e à não ocorrência de abuso. Porém, quando é assinalado abuso por pelo menos uma das partes, o acordo na ocorrência de abuso é genericamente pobre, tal como o demonstra a percentagem de casais

que discordam comparados aos que concordam quanto à existência de abuso, contudo, semelhante ao encontrado em diversos estudos na área (ARMSTRONG; WERNKE; MEDINA; SCHAFFER, 2000; HECKERT; GONDOLF, 2000; SCHAFFER et al., 1998).

Não será ainda de descurar alguma especificidade associada ao género no que se reporta à percentagem de concordância. Quando o perpetrador é do sexo masculino, existe maior concordância para os relatos de abuso físico sem sequelas severo e total, abuso físico com sequelas severo e total, e coerção sexual total. Para as mulheres apenas se verificam percentagens superiores no relato de agressão psicológica, como se pode observar pela análise da Tabela 4.

Normas e interpretação clínica dos resultados

As medidas de tendência central, especificamente no respeitante à cronicidade, obtidas para a amostra do presente estudo (como se apresentará na Tabela 5), poderão funcionar como critério de comparação na futura administração das CTS2 a outros indivíduos. Straus et al. (1996) alegam que os resultados obtidos em amostras de estudantes universitários, na sua maioria com um relacionamento do tipo namoro, podem funcionar como norma de comparação, salvaguardando as respectivas limitações em termos de generalização dos resultados.

Tabela 5. Cronicidade (Média e Desvio Padrão) e prevalência (%) das escalas CTS2 no ano anterior considerando a severidade, a perpetração e a vitimização, para homens (N = 170), mulheres (N = 273) e amostra total (N = 443)

CTS2		Perpetração						Vitimização					
		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
		N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)
Abuso físico sem sequelas	Ligeiro	28 (16.4)	6.14 (7.51)	51 (18.7)	5.62 (7.92)	79 (17.8)	5,81 (7,73)	26 (15.3)	6.61 (8.19)	35 (12.8)	6.54 (15.19)	61 (13.8)	6,57 (12,60)
	Severo	15 (8.8)	3.73 (6.15)	16 (5.5)	7.62 (13.31)	31 (7.0)	5,74 (10,49)	14 (8.23)	3.85 (6.18)	19 (5.1)	5.21 (7.68)	33 (7.5)	4,63 (7,01)
	Total	36 (21.1)	6.33 (8.55)	55 (13.2)	7.43 (12.70)	91 (20.5)	7,00 (11,20)	33 (19.4)	6.84 (8.81)	42 (15.4)	7.80 (16.44)	75 (16.9)	7,38 (13,55)
Abuso físico com sequelas	Ligeiro	8 (4.7)	3.12 (2.41)	9 (2.9)	6.66 (10.40)	17 (3.8)	5,00 (7,74)	9 (53.0)	5.44 (7.66)	7 (2.6)	10.28 (11.16)	16 (3.6)	7,56 (9,34)
	Severo	1 (0.6)	8.00 (0.00)	5 (1.8)	12.40 (15.42)	6 (1.4)	11,66 (13,90)	1 (0.6)	8.00 (0.00)	4 (1.5)	17.00 (19.59)	5 (1.1)	15,20 (17,43)
	Total	9 (5.3)	3.66 (2.78)	13 (4.8)	9.38 (12.39)	22 (5.0)	7,04 (9,94)	10 (5.9)	5.70 (7.27)	10 (3.7)	14.00 (14.29)	20 (4.5)	9,85 (11,82)

continua

continuação

CTS2		Perpetração						Vitimização					
		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
		N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)	N (%)	M (DP)
Agressão psicológica	Ligeiro	79 (46.5)	8.35 (10.52)	151 (55.3)	11.94 (14.72)	230 (51.9)	10,71 (13,51)	81 (47.6)	8.55 (12.90)	139 (50.9)	9.70 (12.61)	220 (49.7)	9,28 (12,70)
	Severo	28 (16.5)	6.57 (8.70)	46 (16.8)	6.21 (7.89)	74 (16.7)	6,35 (8,15)	29 (17.1)	5.82 (7.27)	44 (16.1)	5.75 (8.68)	73 (16.5)	5,78 (8,09)
	Total	84 (49.4)	10.04 (11.82)	156 (57.1)	13.39 (16.54)	240 (54.2)	12,22 (15,11)	85 (50.0)	10.14 (14.38)	143 (52.4)	11.20 (14.39)	228 (51.5)	10,80 (14,36)
Coerção sexual	Ligeiro	48 (28.2)	13.66 (12.32)	32 (11.7)	14.25 (10.80)	80 (18.1)	13,90 (11,67)	44 (25.9)	12.72 (11.39)	59 (21.6)	11.84 (13.66)	103 (23.3)	12,22 (12,69)
	Severo	4 (2.4)	3.50 (4.35)	6 (2.2)	9.16 (12.82)	10 (2.3)	6,90 (10,31)	5 (2.9)	2.80 (4.02)	6 (2.2)	9.00 (10.37)	11 (2.5)	6,18 (8,41)
	Total	51 (30.0)	13.13 (12.18)	34 (12.5)	15.02 (12.92)	85 (19.2)	13,89 (12,44)	46 (27.1)	12.47 (11.28)	62 (22.7)	12.14 (14.95)	108 (24.4)	12,28 (13,46)
Negociação	Emocional	155 (91.2)	37.29 (22.18)	242 (88.6)	40.92 (21.25)	397 (89.6)	39,51 (21,67)	156 (91.8)	36.48 (22.13)	240 (87.9)	41.07 (21.41)	396 (89.4)	39,26 (21,79)
	Cognitiva	149 (87.6)	21.68 (19.289)	238 (87.2)	25.25 (21.01)	387 (87.4)	23,88 (20,41)	150 (88.2)	20.88 (18.91)	238 (87.2)	24.69 (20.87)	388 (87.6)	23,21 (20,20)
	Total	157 (92.4)	57.4 (37.94)	244 (89.4)	65.22 (38.72)	401 (90.5)	62,1 (38,56)	158 (92.9)	55.84 (37.25)	244 (89.4)	64.48 (38.75)	402 (90.7)	61,09 (38,36)

Prevalência e cronicidade do abuso e negociação considerando o género do participante e amostra total

Em termos de *perpetração*, a negociação constitui a tática mais reportada pelos participantes. Entre as formas de abuso, a mais reportada é a agressão psicológica, seguida da coerção sexual, abuso físico sem sequelas e abuso físico com sequelas. Em termos de género, apenas no que se refere à coerção sexual, é encontrada uma associação com significado estatístico, os homens relatam mais este tipo de abuso do que as mulheres ($\chi^2 = 24.917$, g.l. = 1, $p = .000$). Para a cronicidade, não se encontram diferenças nos diversos tipos de abuso considerando o género do perpetrador (Tabela 5).

Também para a *vitimização*, a negociação constitui a tática mais reportada pelos participantes e, entre as diferentes formas de abuso, a mais corrente é a agressão psicológica, seguida da coerção sexual, abuso físico sem sequelas e abuso físico com sequelas, tal como acontece para os relatos de *perpetração*. Apenas são encontradas diferenças significativas entre os sexos no que concerne à cronicidade da negociação, dado que as

mulheres reportam mais que os companheiros negociam com elas na resolução de conflitos ($t = -2.217$, $g.l. = 400$, $p = .027$).

Conclusão

Straus (1990), sustentado pela teoria do conflito (ADAMS, 1965; COSER, 1967; DAHRENDORF, 1959; STRAUS, 1979), considera que o elemento que diferencia os casais violentos dos menos violentos entre si não é o conflito per se, mas os modos mais ou menos adequados para a sua resolução que as CTS2 permitem aceder. A versão portuguesa destas escalas, analisada no presente artigo, parece apresentar índices de boa fidelidade e evidência confirmatória em termos de validade interna e externa. À disposição do leitor estão ainda os resultados normativos para a amostra estudada, as taxas de prevalência e cronicidade dos diferentes tipos de táticas de resolução de conflitos considerando nomeadamente as diferenças de género nos relatos dos sujeitos.

O estudo das características psicométricas da versão portuguesa das CTS2 é coerente com o reportado pelos autores da escala original na sua adaptação transcultural (STRAUS, 2004; STRAUS et al., 2004). No que se refere à fidelidade, tanto para a perpetração como para a vitimização, os valores da consistência interna não são muito elevados e apenas as escalas de abuso físico sem sequelas e negociação apresentam valores de *alpha* de Cronbach superiores a .70, que se pressupõe estar relacionado com a baixa prevalência encontrada para a maioria dos itens e com o reduzido número de itens que compõem cada escala (inferior a 10), pelo que se deve atender igualmente ao valor das correlações entre os itens e não apenas ao *alpha*. Os itens que apresentam correlações com valor inferior a .30 não interferem significativamente no valor do *alpha* de Cronbach. Mesmo assim, a redução dos valores do coeficiente de consistência interna é congruente com os resultados de outros estudos multiculturais com amostras similares (STRAUS, 2004) ou com expressão lingüística portuguesa – Brasil (MORAES et al., 2002), sendo justificada pela reduzida frequência de algumas formas de comportamento abusivo, nomeadamente nos itens de elevada severidade das escalas de abuso físico com sequelas e de coerção sexual. Não podemos esquecer que se trata de uma amostra na comunidade, em que as formas mais severas de abuso tornam-se também as mais raras. Apesar de poderem ocorrer ocasionalmente actos muito severos (mesmo em sujeitos abusadores são muito raros), não se pode esperar correlações substanciais entre itens que são requeridos para se obter um *alpha* elevado.

Em face deste fenómeno questionámo-nos sobre a possível remoção de itens, e optamos por não o fazer, por sua retirada não interferir significativamente com o valor da consistência interna da escala, e por um número reduzido de itens se associar a valores de consistência interna inferiores.

Entre os motivos possíveis associados com a reduzida alternância no relato dos sujeitos para determinados itens, poderíamos admitir a deturpação das respostas com base no que é socialmente desejado, atendendo aos tipos de comportamentos visados. A escala de desejabilidade social do PRP possibilitou a identificação e controlo deste tipo de enviesamento para os sujeitos que poderiam evidenciar relatos com interferência da

desejabilidade social. As correlações parciais obtidas para cada uma das escalas CTS2 não constituem uma ameaça na interpretação dos resultados do abuso, com excepção da escala de agressão psicológica, que é também a mais prevalente.

Em termos de validade, o presente estudo mostra evidência confirmatória tanto em termos da validade interna como externa. No que se refere à validade interna, a convergência entre as diferentes escalas das CTS2, observa-se, pelas correlações estatisticamente significativas entre as escalas, que era esperado estarem correlacionados, e ainda diferenças na grandeza das correlações consoante o género; os homens apresentam correlações superiores às mulheres para os seguintes pares de escalas: coerção sexual e agressão psicológica, coerção sexual e abuso físico sem sequelas, coerção sexual e abuso físico com sequelas. Confirma-se da mesma forma a construção teórica da escala de abuso físico com sequelas fortemente correlacionada com a escala de abuso físico sem sequelas, assim como a teoria da escalada do conflito, pela correlação entre a escala de agressão psicológica e abuso físico sem sequelas e agressão psicológica e negociação.

Além disso, a validade discriminante das escalas evidencia-se pelas correlações sem significado estatístico entre escalas mutuamente exclusivas, como as escalas de negociação e abuso físico com sequelas.

Apesar de ter sido efectuada a análise dos componentes principais para as escalas CTS2, existe um ligeiro comprometimento na avaliação dos constructos de forma conceptualmente semelhante à referida pelo seu autor original, quando se consideram os componentes obtidos. Deste modo, foram apresentados os resultados desta análise por serem indicadores importantes relativamente ao modo como os itens se agrupam na amostra em estudo, obtendo-se, por exemplo, no primeiro factor, os itens de todas as escalas de abuso com maior severidade e uma diferenciação clara com os itens da escala de negociação, já o mesmo não acontece para os restantes itens, o que complica a divisão em termos de severidade. De forma a que esta divisão não ficasse inviabilizada, e por se tratar de comportamentos observáveis claramente definidos em termos de níveis de severidade e tipo, considerou-se a estrutura e divisão conforme a escala original, por recomendação do autor¹⁰ e porque não se beneficia com o agrupamento dos itens desta forma em termos de consistência interna.

No que concerne à validade externa, os factores de risco – história criminal, domínio e socialização violenta – discriminam entre os sujeitos com e sem abuso no relacionamento íntimo, o que de um modo genérico confirma igualmente a validade externa das CTS2.

Em termos dos relatos cruzados pelas partes intervenientes, verifica-se que a concordância quanto à ocorrência de abuso é inferior à concordância quanto à não ocorrência, sendo, contudo, superior quando a violência é perpetrada por homens do que quando a mesma é perpetrada por mulheres, o que pode transparecer que existe um viés no relato considerando o género do perpetrador e da vítima (SCHAFER; CAETANO; CLARK, 2002).

Como factores interferentes com os resultados obtidos em termos de concordância, não é de descurar a baixa prevalência de actos de abuso que a amostra de casais e carac-

¹⁰ Comunicação pessoal com o autor em julho de 2004.

terísticas específicas do relacionamento, nomeadamente quanto à longevidade e tipo de relação, duração superior a um ano e do tipo namoro, podendo estes factores serem contribuintes para algum enviesamento nos relatos.

Mesmo assim, de um modo geral os resultados parecem demonstrar a adequação da versão portuguesa das escalas CTS2, e são coerentes com os resultados em amostras similares (STRAUS, 2004).

Em termos de dados normativos obtidos para a amostra em estudo, considerando o género do perpetrador e da vítima e os índices de prevalência e cronicidade, a negociação é a tática mais reportada relativamente às restantes avaliadas pelas CTS2. Entre as táticas abusivas, a agressão psicológica é a mais corrente, seguida da coerção sexual, abuso físico sem sequelas e abuso físico com sequelas. Em termos de género, encontram-se diferenças significativas apenas para a coerção sexual, sendo que os homens assumem significativamente mais que as mulheres serem perpetradores deste tipo de abuso (PAIVA; FIGUEIREDO, 2004; STRAUS, 2004).

Não podemos deixar de referir a semelhança de procedimentos de aferição com a escala original, utilizando o mesmo tipo de sujeitos (estudantes universitários) que o autor.

Apesar dos resultados obtidos em termos da validade e fidelidade das CTS2 para a nossa amostra, uma elevada percentagem de sujeitos não respondeu a parte dos itens (21%), embora na maior parte dos casos (16.3%) pelo facto de nunca terem tido um relacionamento. Mesmo perante o risco de se obter resultados distorcidos com base na desajustabilidade social ou no antagonismo na resposta, os sujeitos, regra geral, parecem aderir aos questionários com taxas elevadas de resposta, Straus (1990b) aponta 85% de adesão em inquéritos americanos. A taxa de recusa no presente estudo foi reduzida, apenas um sujeito se recusou a participar e quatro deixaram o questionário totalmente em branco.

A amostra não é representativa dos estudantes universitários portugueses, nem da população jovem adulta, por se tratar em certa medida de uma amostra de conveniência. Sendo assim, a generalização dos resultados é limitada, assim como a aplicação das normas encontradas para a população em geral, embora tal não invalide a sua aplicabilidade como instrumento comparativo, como refere Straus et al. (1996), atendendo ao facto de as taxas de abuso físico sem sequelas tenderem a ser superiores nas populações mais jovens e não casadas, por exemplo, a taxa entre os 18-20 anos é três vezes superior à taxa em casados com média de idade de 40 anos, ou seja, para os casais mais velhos, assim como para os casados, o abuso físico é inferior (STRAUS et al., 1996). Por conseguinte, apesar de os valores obtidos a partir de amostras com estudantes universitários poderem ser utilizados como pontos de referência, a sua generalização deve conjugar sempre os factores socioeconómicos e as especificidades do relacionamento íntimo (tipo, duração).

Atendendo a que o presente estudo incide sobre uma amostra jovem e com nível educacional superior, a amostra carece de pessoas com nível socioeconómico inferior, com mais idade e com um relacionamento marital. Necessário é igualmente o alargamento e representatividade da amostra de casais, que para salvaguardar o anonimato das respostas, apenas foram obtidos 45 questionários de companheiros. Seria ainda

necessária a administração do presente questionário em amostras clínicas onde a ocorrência de abuso em pelo menos uma das partes se consubstancie, de modo a corroborar os relatos de ambos os elementos da díade, em particular para as formas mais severas de abuso, e sempre que possível a aplicação conjunta de uma escala de desejabilidade social, a definição dos factores causais e o contexto de ocorrência do abuso. Assim, uma amostra mais ampliada e representativa de casais em termos de tipo de relacionamento íntimo e duração do mesmo seria também conveniente para se aferir a concordância dos relatos quando ocorre abuso.

Não podemos deixar de referir as limitações associadas ao próprio instrumento e aos relatos retrospectivos cujo intervalo de tempo (um ano) é bastante extenso para se aferir com precisão as verdadeiras taxas de ocorrência de abuso.

Referências

ADAMS, B. N. Coercion and consensus theories: some unresolved issues. **American Journal of Sociology**, v. 71, p. 714-716, 1965.

ALDORONDO, E.; STRAUS, M. A. Screening for physical violence in couples therapy: methodological, practical, and ethical considerations. **Family Process**, v. 33, p. 425-439, 1994.

ARMSTRONG, T. G.; WERNKE, J. Y.; MEDINA, K. L.; SCHAFER, J. Do partners agree about the occurrence of intimate partner violence: a review of the current literature. **Trauma, Violence and Abuse**, n. 3, 3, p. 181-193, 2000.

BERKOWITZ, L. **Aggression: its causes, consequences, and control**. New York: McGraw-Hill, 1993.

CAMPBELL, D. T.; FISKE, D. W. Convergent and discriminant validation by multi-trait multi-method matrix. **Psychological Bulletin**, n. 56, p. 81-105, 1959.

CICCHETTI, D. V.; FEINSTEIN, A. R. High agreement but low kappa: II Resolving the paradoxes. **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 43, p. 543-549, 1990.

COSER, L. A. **Continuities in the study of social conflict**. New York: Free Press, 1967.

DAHRENDORF, R. **Class and class conflict in industrial society**. Palo Alto: Stanford University Press, 1959.

DOBASH, R. E.; DOBASH, R. P. **Violence against wives: a case against patriarchy**. New York: Free Press, 1979.

DOUGLAS, E. M.; STRAUS, M. A. Assault and injury of dating partners by university students in 19 nations and its relation to corporal punishment experienced as a child. **European Journal of Criminology** (*in press*), 2006.

DUTTON, D. G. **The abusive personality: violence and control in intimate relationships**. New York: The Guilford Press, 1998.

GELLES, R. J. Physical violence, child abuse, and child homicide: A continuum of violence, or distinct behaviours? **Human Nature**, v. 2, n. 1, p. 59-72, 1991.

GELLES, R. J.; STRAUS, M. A. Determinants of violence in the family: toward a theoretical integration, p. 549-581. In: BURR, W. R.; HILL, R.; NYE, F. I.; REIS, I. L. (Eds.). **Contemporary theories about the family**. New York: Free Press, 1979.

- GERSHOFF, T. E. Corporal punishment by parents and associated child behaviours and experiences: A meta-analytic and theoretical review. **Psychological Bulletin**, n. 128 (4), p. 539-579, 2002.
- HAMBY, S. L. The dominance scale: preliminary psychometric properties. **Violence and Victims**, v. 11 (3), p. 199-212, 1996.
- HECKERT, D. A.; GONDOLF, E. W. Assessing assault self-reports by batterer program participants and their partners. **Journal of Family Violence**, v. 16 (2), p. 181-197, 2000.
- HINES, D. A.; SAUDINO, K. J. Gender differences in psychological, physical, and sexual aggression among college students using the Revised Conflict Tactics Scales. **Violence and Victims**, v. 18 (2), p. 197-217, 2003.
- HOLTZWORTH-MUNROE, A.; STUART, G. L. Typologies of male batterers: three subtypes and the difference among them. **Psychological Bulletin**, n. 116, p. 476-507, 1994.
- JOHNSTON, M. P. Patriarchal terrorism and common couple violence: two forms of violence against women. **Journal of Marriage and the Family**, v. 57, p. 283-294, 1995.
- KURZ, D. Physical assaults by husbands: a major social problem. In: GELLES, R.; LOSEKE, D. R. (Eds.). **Current controversies on family violence**. Newbury Park: Sage, 1993. p. 88-103.
- MORAES, C. L.; HASSELMANN, M. H.; REICHENHEIM, M. E. Portuguese language cross-cultural adaptation of the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2), an instrument used to identify violence in couples. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 19, p. 163-176, 2002.
- O'LEARY, K. D.; MURPHY, C. Clinical issues in the assessment of spouse abuse. In: AMMERMAN, R. T.; M. HERSEN (Eds.). **Assessment of family violence**. New York: John Wiley & Sons, 1992. p. 26-46.
- O'LEARY, K. D.; VIVIAN, D. Physical aggression in marriage. In: FINCHAM, T. N. B. F. D. (Ed.). **The psychology of marriage: basic issues and applications**. New York: Guilford Press, 1990. p. 323-348.
- PAIVA, C.; FIGUEIREDO, B. Abuso no relacionamento íntimo: estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. **Psychologica**, v. 36, p. 75-107, 2004.
- _____; _____. Validação da versão portuguesa do questionário "*Personal and relationships profile*". **Psychologica (in press)**, 2006.
- RAMIREZ, I. L.; STRAUS, M. A. **The effect of question order on disclosure of intimate partner violence: an experimental test using the conflict tactics scales**. Paper presented at the annual meeting of the American Society of Criminology, Atlanta, GA, 2001.
- REYNOLDS, W. M. Development of reliable and valid short forms of Marlowe-Crowne social desirability scale. **Journal of Clinical Psychology**, v. 38, p. 119-125, 1982.
- SCHAFER, J.; CAETANO, R.; CLARK, C. L. Agreement about violence in U.S. couples. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 17, p. 457-470, 2002.

- SCHAFER, J. Rates of intimate partner violence in United States. **American Journal of Public Health**, v. 88, p. 1.702-1.704, 1998.
- SO-KUM TANG, C. Marital power and aggression in a community sample of Hong Kong Chinese families. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 14 (6), p. 586, 1999.
- STETS, J. E.; STRAUS, M. A. Gender differences in reporting marital violence and its medical and psychological consequences. In: STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. (Eds.). **Physical violence in American families: risk factors and adaptations to violence in 8.145 families**. New Brunswick: Transaction Publishing, 1990. p. 227-244.
- STRAUS, M. A. **Bibliography and tabular summary of publications on the revised conflict tactics scales (CTS2 and CTSPC)**. Durham, N.H.: Family Research Laboratory, University of New Hampshire, 2005.
- _____. Cross-cultural reliability and validity of the Revised Conflict Tactics Scales: a study of university student dating couples in 17 nations. **Cross Cultural Research**, v. 38 (4), p. 407-432, 2004.
- _____. Injury and frequency of assault and the "representative sample fallacy" in measuring wife beating and child abuse. In: STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. (Eds.). **Physical violence in american families: risk factors and adaptations in 8.145 families**. New Brunswick: Transaction Publishing, 1990b. p. 75-91.
- _____. Levelling, civility, and violence in the family. **Journal of Marriage and the Family**, v. 36, p. 13-29, 1974.
- _____. **Manual for the conflict tactics scales**. Durham: Family Research Laboratory, University of New Hampshire, 1995.
- _____. Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics scales. **Journal of Marriage and the Family**, v. 41, p. 75-88, 1979.
- _____. The conflict tactics scales and its critics: an evaluation and the new data on validity and reliability. In: STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. (Eds.). **Physical violence in american families: risk factors and adaptations to violence in 8.145 families**. New Brunswick: Transaction Publishing, 1990a. p. 49-73.
- STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. **Physical violence in American families: risk factors and adaptations to violence in 8.145 families**. New Brunswick: Transaction Publishing, 1990.
- _____; _____. Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed in two national surveys. **Journal of Family Nursing**, v. 6, n. 4, 1986.
- STRAUS, M. A.; HAMBY, S. L.; BONEY-MCCOY, S.; SUGARMAN, D. B. The revised conflict tactics scales (CTS2): development and preliminary psychometric data. **Journal of Family Issues**, v. 17, p. 283-316, 1996.
- STRAUS, M. A.; MOURADIAN, V. E. **Preliminary psychometric data for the personal and relationships profile (PRP): a multi-scale tool for clinical screening and research on partner violence**. Paper presented at the American Society of Criminology, Toronto, Canada, 1999.
- STRAUS, M. A. et al. Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. **Violence Against Women**, v. 10, p. 1-24, 2004.

Contato

Carla Alexandra

Departamento de Psicologia da Universidade do Minho

Campus Gualtar

4710-057

Braga – Portugal

e-mail: c@iep.uminho.pt

bbfi@iep.uminho.pt

Tramitação

Recebido em fevereiro de 2006

Aceito em agosto de 2006